

vida mundial

N. 1843 9/1/75

**CHAMPALIMAUD
RESPONDE A MARTINS PEREIRA**

**VAMOS NACIONALIZAR
A BANCA?**



CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 - FRANÇA 4 fr. - CANADÁ 85 cts.
POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

PP. VM

25 DE AB
UNIVERSIDADE

PLANO ANTIMONOPOLISMO SABOTAGEM ECONÓMICA

Assuntos quentes ao virar do ano.

Mudado o verbo final, teríamos uma nova resposta para a velha adivinha popular "alto está, alto mora, ninguém o vê, todos o adoram": o Plano (1). Todos o comentam. Ou, para rimar, todos o "exploram". Muitos o contestam. Mas só poucos, entre os que se interessam, se gabarão de o desconhecer, ao menos nas suas linhas gerais...

Mantendo, pois, uma púdica discrição, vale ainda assim a pena determo-nos um pouco no muito que se tem discorrido "a propósito" do dito Plano, como pano de fundo à discussão nas altas instâncias, onde mora, discussão aliás bem mais política do que económica, o que não pode surpreender. É aí que voltamos a cair na questão do antimonopolismo, a que já demos algumas achegas nestas páginas, mas em que ocorre insistir. E como, precisamente, certos sectores quiseram ver nas prisões de alguns "grandes" da especulação capitalista o primeiro passo de uma estratégia antimonopolista, começemos por examinar a questão da sabotagem económica e tentar relacioná-la com a "acção dos monopólios".

Há em Portugal, em todos os sectores de actividade, umas largas dezenas de milhar de empresas. Minúsculas, pequenas, médias, grandes — todas têm em comum o facto de serem empresas capitalistas. Como tal se comportam e, por mais democratas ou até socialistas que sejam os empresários, como tal **não podem deixar de se comportar**. Com efeito, esse comportamento não depende da **vontade** ou das opções políticas dos respectivos empresários, mas de um sistema (de um "modo de produção") em que estão inseridas. Cada um desses empresários só se justifica como tal na medida em que **espera** ver reunidas as condições para que o capital que aplicou venha a traduzir-se em lucros: que exista um mercado para os seus

produtos, que esse mercado aceite preços que lhe deixem uma margem sobre os custos, que adequados mecanismos de crédito lhe facilitem as operações comerciais ou de investimento, etc.

Sobrevém um 25 de Abril. E sobrevém num momento em que as nuvens já se adensavam, como consequência não só dos conhecidos factores internos mas ainda das condições do "mercado mundial": retracção de importações, aumento acentuado de preços de energia e matérias-primas, etc. Na imediata sequência do 25 de Abril vêm somar-se a isto os consideráveis aumentos salariais (resultantes de reivindicações ou da simples fixação do salário mínimo) e uma expectativa/inquietação quanto às novas "regras do jogo" que o Governo irá determinar, sentimento compreensível em quem há longos anos sabia "com o que contar". Reacções capitalistas normais: cada empresa vai fazer um compasso de espera e, supondo (ou sabendo) os seus clientes em dificuldade, admite que não lhe irão pagar as mercadorias adquiridas — logo, também ela não vai pagar aos fornecedores. Este efeito multiplica-se, as letras protestadas acumulam-se, degrada-se a "confiança" no funcionamento dos circuitos comerciais, monetários e creditícios. Os bancos, na sua maioria ligados a grandes grupos económicos, e que são, pelo seu lado, também empresas capitalistas em busca do lucro, reservam os créditos (cuja base de liquidez diminuiu) preferencialmente para as

mais sólidas empresas e, sobretudo, para as do respectivo grupo: estar a emprestar a pequenas empresas com a corda ao pescoço seria, **de um ponto de vista capitalista**, um erro de gestão. Em consequência, apertadas económica e financeiramente, muitas pequenas e médias empresas vêem-se obrigadas a reduzir a produção e fazem despedimentos parciais, outras pura e simplesmente fecham com despedimento colectivo. Paralelamente, a baixa de produção, associada a um temporário aumento do poder de compra, vai alimentar a inflação ou o défice comercial. As grandes empresas, as que sempre suportam melhores situações, aguardam o dia em que poderão ir tomar o lugar das que entretanto irão desaparecendo: as fases de crise são sempre, em sistema capitalista, fases em que se prepara uma reconversão/concentração do poder económico...

Ora bem: baixas de produção, retracção de investimentos, despedimentos, discriminação do crédito — aí está o dedo da reacção, a sabotagem comandada pelos grupos monopolistas! Pois não está: até aqui, em que só referimos os comportamentos **normais** de empresários capitalistas, não há **reacção**, há antes **rejeição**. O sistema capitalista rejeita, como antinatural, aquilo que o ameaça — ou julga ameaçá-lo. A paralisia, o "caos" económico são o sintoma desse fenómeno **objectivo** de rejeição, o resultado global de múltiplos comportamentos individuais. Trata-se afinal de um episódio mais de uma luta de classes que existe independentemente da consciência que cada um tem de estar a participar nela. Por isso, até este ponto não fizemos intervir a questão da sabotagem económica — essa, em princípio, subjectiva, intencional. E a acção dos grupos monopolistas apareceu apenas enquanto resultante do seu papel dominante e privilegiado, do seu poder económico, do efeito que as suas decisões **empresariais** têm sobre a situação e as decisões das empresas menos poderosas. Sendo assim, importa desde já sublinhar que o ataque a este poder económico será, só por si, insuficiente para repor em marcha os mecanismos da economia capitalista, como para impedir que esta venha a retomar o seu processo inelutável de concentração.

Querirá isto dizer que sabotagem económica se trata de pura imaginação? De nenhum modo. Só que estamos, nesses casos, perante uma questão de distinta natureza, cujo efeito, é certo, vem agravar o fenómeno anterior. Situamo-nos agora,

quase sempre, no campo da ilegalidade, da atitude consciente, em muitos casos individual, geralmente suportada por uma intenção política. É a saída de capitais, é a especulação, é a criação de dificuldades de abastecimento, são retracções de produção injustificadas, etc. Pela sua facilidade de manobra, conhecimento do amplo arsenal de fraudes possíveis, ligações a canais privilegiados (nacionais e internacionais), cumplicidades de classe e outras coisas mais, serão normalmente os membros da tal centena ou milhar de "famílias" e os seus penduras, por sua vez grosseiramente coincidindo com a constelação dos que saltitavam de conselho de administração para conselho de administração e daqueles a quem dispensavam os seus favores, os mais tentados por estas tropelias. Mas, diga-se, eles já eram e são, com ou sem sabotagem económica, o "escol" da reacção (que, infelizmente, recruta em sectores bem mais vastos).

Avancemos duas observações, que são também conclusões.

Primeiro, há que salientar o facto de que a degradação económica — a quebra de investimento e de produção, o aumento de desemprego, etc. — é essencialmente o resultado **natural** do funcionamento de um dado sistema de produção/circulação e que isso (até ao momento presente) terá só em escassa medida que ver com acções ilegais, com sabotagens premeditadas. O espectáculo montado em torno da prisão daqueles capitalistas, associando-se de qualquer forma a uma estratégia antimonopolista, veio desviar a atenção da "questão do capitalismo" e apelar muito mais para uma consciência **moral** do que para uma consciência **política**. O que fez o Governo, na realidade, foi revelar a disposição de punir práticas que já eram ilegais antes do 25 de Abril, mas a que então se fechava os olhos. Em resumo, foi um acto moralizador (a Comissão Coordenadora do M. F. A. chamou-lhe há pouco, justamente, um acto "anticorrupção"), daqueles que concita uma generalizada adesão de tipo antifascista e cujo impacte se deve à inimaginável brandura com que foram tratados, após o 25 de Abril, os principais responsáveis pela manutenção da ordem política anterior, bem como os que dela se aproveitaram das mais fraudulentas maneiras. É quase inacreditável, quando a própria "revolução" grega, tão moderada, se prepara para julgar por alta traição e homicídio colectivo (actos de repressão sangrenta) os Papadopoulos, Patakos e Ca., ver que, entre nós, em lugar de rapidamente se ter instituído a noção de "crimes contra o povo português e ter actuado em consequência, se decidiu esperar que os

antigos fascistas se dedicassem a conspirações, especulações ou sabotagens para, só então, se lhes "cair em cima". Dentro de tão generoso critério, ainda teríamos por aí a passear um Goering ou um Hess, a menos que se pudesse provar terem metido indevidamente uns marcos ao bolso ou terem dado uma sova numa senhora doente — ou seja, terem cometido uma **ilegalidade!** Nada disto anula, é claro, a necessidade de rigorosa vigilância e de punição de actos de especulação, sabotagem e quejandos. Só que atribuir a isso implicações antimonopolistas denuncia a mistificação do "antimonopolismo" que se apregoa, como vir agora falar de justiça revolucionária só faz recordar não se ter dela falado muito antes — o que é pena.

Isto conduz-nos à segunda observação, à questão mesma do antimonopolismo, e mais concretamente, por ser neste momento o alvo das discussões mais vivas, à questão das nacionalizações. Começamos por lembrar, ressalvadas todas as importantes diferenças, duas situações históricas em que tais questões foram igualmente debatidas, se encontraram no centro de acções políticas de contexto revolucionário.

Após a revolução de Outubro de 1917, e nacionalizada a banca privada logo em meados de Novembro (mas isto também foi feito em França e Itália em 1945, com consequências bem distintas...), a política de nacionalizações foi posta naqueles termos realistas que Lenine traduziu da seguinte forma: "Pode ser-se resoluto ou irresoluto em matéria de nacionalização ou confiscação. Mas nenhuma "resolução", por mais forte que seja, é suficiente para passar da nacionalização à socialização." Isto é, as nacionalizações só constituem um progresso em direcção ao socialismo se as condições políticas e ideológicas permitirem imprimir-lhe esse sentido. E na U. R. S. S. as condições políticas impuseram, sobretudo a partir de Junho de 1918, uma extensão acelerada das nacionalizações, mas o "atraso ideológico" das massas impediu um efectivo controlo operário e obrigou a concessões que estiveram na origem da futura "burguesia de Estado". Outro exemplo, mais próximo: o Chile. É bom saber que dois anos após a subida ao Poder de Allende estava concluído o programa de nacionalizações "antimonopolistas": a banca e as grandes empresas (nacionais e estrangeiras) tinham sido nacionalizadas. Foram a pequena/média burguesia (transportes e comércio) e as profissões liberais (sobretudo os médicos) que criaram o "caos" económico/político que "justificou" a intervenção militar — tudo isto, naturalmente, financiado pelo grande capital nacional e estrangeiro. Isto é, de

forma sumária, as nacionalizações só por si foram insuficientes, nas condições políticas e ideológicas que eram as do Chile 70-73.

Que concluir daqui? Que qualquer decisão "de cúpula", concretamente em Portugal e agora, resultará naquilo que vierem a permitir as condições políticas e ideológicas em que se irão inserir. Se deixar as mãos livres ao grande capital seria um inadmissível suicídio, o controlo estatal instituído (com mais nacionalizações ou menos nacionalizações) vale o que valerem as orientações políticas que lhe forem determinadas, a capacidade de as aplicar e as exigências com que as massas trabalhadoras constantemente as confrontarão. Por isso um plano de transição ou de emergência, na situação presente, não pode ter como objectivo prioritário o de "relançar a economia". Diríamos mesmo que, no curto prazo que supõe o termo "emergência", tal objectivo é inviável. Pois se o Plano aposta claramente no relançamento da economia **capitalista**, é impensável que as massas trabalhadoras aceitem pacificamente tal esquema, o que impedirá o seu funcionamento e, portanto, esse mesmo rearranque económico. Se, inversamente, o Plano aposta numa rápida extensão do sector público e numa forte limitação da iniciativa privada, é duvidoso que isso não represente uma fase prolongada de desorganização e reajustamento (com inevitáveis concessões a certas categorias técnicas privilegiadas, como sucedeu na U. R. S. S.), ao mesmo tempo que os sectores deixados à iniciativa privada se retrairão ainda mais (a tal sabotagem **objectiva**, que poderá, como no Chile, vir a desembocar em sabotagem intencional generalizada). Qualquer situação intermédia reunirá os inconvenientes das duas "extremas", e, nessa medida, igualmente improvável nos aparece uma revigoração dos mecanismos económicos. Vê-se, assim, até que ponto o objectivo prioritário do Plano só pode ser político e em que medida são demagógicas afirmações do tipo "a destruição dos monopólios permitirá um acelerado desenvolvimento económico". É face ao sistema capitalista, como vimos acima, e não apenas aos "monopólios", que terá de ser feita a opção de base: e esta opção só virá a patentear-se claramente numa prática que tenha em conta as condicionantes ideológicas e políticas e não apenas em meia dúzia de decretos espectaculares. O mesmo é dizer que, sendo certo que a segunda daquelas vias (mais ou menos radical) é a única que pode servir de base a transformações futuras de carácter revolucionário, só uma análise rigorosa das condições políticas e ideológicas concretas lhe poderá determinar a "justa medida".

Pois o preço a pagar não é diminuto, por mais que se faça suportar uma parte dele àqueles que a tal nunca estiveram habituados. A dialéctica adesão/repressão estará necessariamente presente. Como de resto em qualquer sistema político: quem adere? quem é reprimido? qual o papel da ideologia nesta adesão/não adesão? e dos factores económicos? Os diversos aparelhos políticos situam-se hoje directamente face a estas questões. Que uma pacífica democracia pluralista de modelo ocidental não terá condições de resposta estável, cremos que já muitos terão compreendido.

Mas os erros de cálculo ou as precipitações que as "cúpulas" cometerem, as massas — mais tarde ou mais cedo — os farão vir ao de cima e os denunciarão na prática. A menos que sejam, uma vez mais, a grande vítima — até poderem retomar o avanço histórico. ■

JOÃO MARTINS PEREIRA

(1) Assim o designamos para simplificar. De facto, o que se encontra em discussão é um "Programa" que servirá de base ao Plano Económico-Social de Transição.

O "NEGÓCIO" DA SIDERURGIA (CHAMPALIMAUD RESPONDE A MARTINS PEREIRA)

Chamaram-me a atenção para dois artigos publicados pelo sr. Martins Pereira na "Vida Mundial" de 5 de Dezembro, visando a Siderurgia Nacional e o futuro de Sines.

Como é hábito acontecer com literatura de que sou obrigado a tomar conhecimento por motivos de ordem profissional mas de que não espero contributo de cultura, deixei-os para serem lidos nos tempos perdidos da primeira viagem de avião que efectuasse e isso fez atrasar esta resposta. Embora a prosa sobre Sines também não deixasse de oferecer matéria para largas considerações, vou contentar-me por hoje em circunscrevê-las praticamente às questões levantadas pelo artigo sobre a produção de aço. Aliás, o teor deste identifica-se muito mais com recado encomendado para abrir caminho às aspirações de mando empresarial dos chamados milionários políticos, do que a um propósito de achega para a correcta resolução dos problemas relacionados com a expansão da indústria que, em complexidade, se assemelham agora àqueles de cuja adequada solução brotou a criação magnífica da siderurgia, no início da década passada.

Mais do que nunca, devo escrevê-lo, o que importa verdadeiramente aos portugueses é que os problemas suscitados pelo necessário incremento da sua produção de aço sejam resolvidos com largueza de vistas, economia de meios e sentido industrial precursor em grau não inferior àquele que caracterizou a fase do seu primeiro lançamento.

Mas isso pressupõe a existência de uma chefia dotada de capacidades de concepção,

de engenho e de decisão de nível também não inferior ao verificado anteriormente. Como e onde encontrar, dentro dos requisitos apontados a mais eficiente e, portanto, a mais válida chefia, eis o verdadeiro problema que se levanta.

A certeza de valor que se encontra nos homens com provas dadas, não se vislumbra infelizmente com facilidade naqueles, por certo bem mais numerosos que proferem inflamados discursos nas antecâmaras e gabinetes, procurando à margem de um propósito de serviço de interesse público, como ele deve ser entendido, altos e vistosos lugares de administração empresarial, onde prometem manejar com perícia, não os dinheiros que lhes pertencem pessoalmente, mas aqueles que são do contribuinte. Não resta dúvida que é este um caminho inteligente para se adquirirem os proveitos e escapar-se às responsabilidades.

Nessa senda, os honorários e as gratificações são constantes e quando surgem dificuldades, ou se cometem erros e desvios, ou faltam o saber e o engenho, não se faz esperar o socorro do encarecimento dos produtos e dos serviços, como foi o caso, entre tantos outros, que aconteceu com a nacionalização dos telefones de Lisboa e Porto. E terá sempre de acontecer o mesmo em condições idênticas porque o Estado é mau gerente e ao tornar-se parte da aventura da produção, logo vê abastardada automaticamente, por mais voltas que lhe dêem, a função de fiscal idóneo e de árbitro imparcial no jogo permanente dos interesses gerais. E ainda por cima, acresce que o Estado, pendendo por natureza para o autoritarismo, também logo elimina a concorrência, se ela existe, ou a aborta quando ela pretende nascer, uma vez que os seus mandatários estão bem conscientes que ela lhe poria a nu a incompetência congénita.

E por estas razões que os mencionados milionários políticos parecem dar mostras de muito maior desejo de cavalgar a Siderurgia Nacional do que construírem uma fábrica concorrente em Sines, apesar dos portugueses já terem pago do seu bolso uma boa parte da factura dessa instalação em dispendiosas infra-estruturas.

A não ser assim e em caso de dúvida, aceite-se a ideia do desenvolvimento paralelo em que, dentro do mesmo sector, o Estado e os particulares concorrem frontalmente para demonstrarem ao consumidor e ao contribuinte quem melhor é capaz de os servir em preço e qualidade. Doutra maneira, a nacionalização da Siderurgia Nacional viria a surgir, não como facto económico cujas consequências importava ter em conta, mas como simples alibi para o povo acreditar que lhe deram a fábrica do Seixal. Ora, ela é, antes de mais, propriedade da Nação. E a prova disso está em que ninguém conseguiria, mesmo que se pretendesse, transportá-la para fora de Portugal.



Portanto, como o que está em causa é saber quem dispõe de mais condições para administrar, com menos encargos para o contribuinte e para o consumidor, não se descortina qual é o interesse, numa fase da vida da indústria tão delicada e complexa, em destruir, pela nacionalização desestimuladora e geradora de irresponsabilidade, o valioso aparelho de produção que dela fez a iniciativa privada.

O sr. Martins Pereira foi engenheiro da Siderurgia Nacional. Esta qualificação inculca-lhe a obrigação de conhecer melhor do que outros os problemas da indústria e certamente que isso pesou na sua escolha para a missão, entre outras, de escrever o artigo da "Vida Mundial". Todavia, ele veio a classificar a fábrica do Seixal como unidade industrial incompetitiva devido à sua reduzida dimensão, para concluir que o chorudo negócio que é o da siderurgia se deve fundamentalmente à acção e aos favores recebidos do Estado, à sombra da adopção entre nós dos Planos de Fomento, inspirados nos da única potência que ao tempo se desenvolvia como devia ser, ou fosse a Rússia. Contudo, favores do Governo nunca os recebemos, até porque, quanto mais não fosse, era eu que me encontrava à frente do empreendimento.

Vejamos. Ao abrigo duma política de fomento e desenvolvimento industrial, de que numerosas actividades de menor investimento que a Siderurgia Nacional já haviam beneficiado, foram estendidas a estas as disposições da lei número 2005 de 14/3/1945, que veio actualizar preceitos antigos que visavam fins idênticos e relativos à isenção de direitos de importação sobre equipamentos indispensáveis, mas não manufacturáveis contemporaneamente em Portugal e também à isenção, por determinado período, de contribuição industrial. A lei, entendendo que era necessário semear para colher, procurava fomentar, como em todos os países acontece, com intensidades adequadas às diversas épocas do seu desenvolvimento, para acelerar e incrementar a criação de nova matéria colectável.

É verdade igualmente que o Estado, por si directamente e, principalmente, por instituições que dirigia, subscreveu acções e adquiriu obrigações da Siderurgia Nacional, concedendo também o aval — no valor concreto de cerca de 800 000 contos — para cobrir os fornecedores dos equipamentos originais que houve que importar. Mas fê-lo, substituindo-se a outros credores potenciais, quer estrangeiros quer nacionais que nessa altura não faltavam. É assim que, quanto ao aval, cujos encargos foram suportados pela Siderurgia Nacional e que em contrapartida obrigou as suas instalações a favor do Estado,

este entendeu, ao fornecê-lo, que devia agir segundo a sua política de independência financeira perante o exterior. Foi por isso que preferiu prestar um aval a autorizar a hipoteca da fábrica do Seixal a estrangeiros. E a respeito das obrigações tomadas e das acções compradas, limitou-se o Estado a fazer o seu negócio num momento em que o dinheiro abundava nos seus cofres e nos das instituições em que superintendia.

E o que é isso de admirar se é verdade que já nesse período não faltavam governantes para empatarem o dinheiro que o Estado recolhia, sob a forma de contribuições, no incremento indiscriminado e sistemático da sua carteira de títulos, desviando-o dessa forma das finalidades de fomento e de cobertura das despesas de funcionamento da administração pública, nomeadamente dos salários dos seus servidores.



Por outro lado, foi em 1944 que comecei a interessar-me pelos problemas da produção do aço neste país, seguindo as pisadas de alguns outros portugueses patriotas que antes se haviam apercebido da sua importância para os destinos nacionais. Por isso, os Planos de Fomento, que vieram a instituir-se em Portugal, por volta de 1949, na linha liberal de inspiração francesa e não na de centralizada planificação soviética, — valha-nos isso pois é bem verdade que o cidadão francês se enriqueceu entretanto incomparavelmente mais que o russo — limitaram-se nos seus propósitos programáticos a inscrever nos respectivos registos e projecções, o projecto siderúrgico por nós concebido.

O País ainda se recordará da celeuma então levantada pelo confronto apaixonado das duas teses antagónicas em presença. A primeira, a da iniciativa privada, apostava, como verdadeira precursora que viria a tornar-se da nova era siderúrgica internacional, em passar a localizar as fábricas junto de um grande porto marítimo, a concentrar a capacidade de redução num único alto-forno, em vez de a dividir obrigatoriamente por dois, como até então era norma, a recorrer a laminadores contínuos de fio europeus muito mais baratos, mas que na concorrência com os americanos ainda só balbuciavam e, finalmente, a utilizar o oxigénio em vez de ar na conversão da gusa em aço. A segunda tese em liça, perfilhada e defendida pela Secretaria da Indústria, era secundada pelos altos especialistas chamados pelo Estado e, baseando-se numa pequena siderurgia, a

localizar no interior, sobre os jazigos de ferro de Moncorvo, seria projectada e equipada necessariamente segundo os padrões então correntes, já de respeitável idade.

A inferioridade política em que se encontrava a tese da iniciativa privada, ainda era agravada pela posição tomada pelos especialistas estrangeiros consultados. Estes, muito embora reconhecendo que os nossos pontos de vista, representavam as soluções do futuro, não concordavam com que uma empresa em lançamento, como era o caso da Siderurgia Nacional, baseasse integralmente o futuro de uma exploração sobre concepções e equipamentos que ainda não tinham dado as suas últimas provas que,

também segundo eles, deveriam desenvolver-se em fábricas já existentes e, portanto, com uma economia já assegurada pelo bom funcionamento de estruturas ortodoxas. Opinavam eles, em conclusão, ser risco demasiadamente grande para as nossas forças as inovações que se pretendiam adoptar, ao que nós replicávamos ser isso condição indispensável para o País poder recuperar de um pulo o atraso secular com que partia para a corrida siderúrgica peninsular e europeia.

Depois de persistente e demorada controvérsia, acabou o Governo por se capacitar das realidades e, inclinando-se para o lado que as exigências da concorrência internacional comandavam, que era nem mais nem menos o da aceitação do preço a pagar pelo progresso económico e social, com a subordinação da ideologia à eficácia, veio ele a optar por uma siderurgia vazada em moldes de iniciativa privada e segundo os esquemas técnicos por ela apresentados.

Narradas as circunstâncias que levaram à criação da fábrica do Seixal em termos de avançada concepção técnica, e de estrutura capitalista não onerosa do contribuinte, o que lhe garantiu o êxito e o renome internacional, não deixo de ter bem presente que são os portugueses no seu conjunto que eu devo elucidar, dado que sendo eles simultaneamente os trabalhadores e os consumidores, são quem no final de contas têm que decidir sobre quem mais garantias oferece de lhes fornecer o aço pelo mais baixo preço e de lhes pagar os mais altos salários, dentro da maior liberdade: se é o Estado totalitário e os seus princípios armados de poderes ditatoriais, à moda soviética, ou se são os industriais privados, à maneira do mundo democrático, em concorrência entre uns e outros e controlados pelo poder público.

E, assim, passo a concluir expressamente, o que já todos terão deduzido implicitamente da presente exposição: tivesse tido a Siderurgia Nacional o Estado por empresário e ela não passaria hoje de um lamentável empreendimento a custar ao erário público, isto é, a todos nós, fortunas sobre fortunas, contribuindo, como tantos outros negócios para que alguns políticos impelem o Estado, para o agravamento sucessivo dos impostos e o retardamento da elevação do nível de vida da população.

Mas, é contra isto, portugueses, que o sr. Martins Pereira, antigo engenheiro do Seixal, nos vem dizer que afinal a fábrica ali instalada é desprezível e que a Siderurgia Nacional não passa de um chorudo negócio. Não é verdade nem uma coisa nem outra. E se fosse um bom negócio? Condenável seria um bom negócio ser somente rendoso para um dos parceiros sociais.

Para os accionistas, a rentabilidade média dos capitais investidos foi até agora de 6,18 por cento ao ano, ilíquido de imposto e taxa de risco, ou seja, ainda nestas condições, menos de metade dos generosos 15 por cento anunciados no artigo em apreciação. Acresce que a percentagem mencionada integra os dividendos votados e o valor residual do negócio afecto às acções, mas não considera qualquer correcção para o efeito erosivo da inflação que tem afectado drasticamente os capitais investidos, com início em 1955, evidenciando portanto a falsidade da designação de chorudo negócio com que, para fins inconfessados, mas facilmente descortinaáveis, se pretende classificar o empreendimento.

Por forma idêntica, é falsa a referência de sobrecusto pago pelo consumidor português por haver adquirido aço nacional em vez de estrangeiro, até porque aquilo que ele custou a mais de início, custou menos ultimamente, registando-se compensação.

Além disso, repare-se como o nosso crítico nem sequer atribui à Siderurgia Nacional qualquer crédito pelo facto do aço não dever constituir excepção e necessitar como qualquer outra indústria de uma dada protecção na fase de arranque. É que talvez ele esteja a ser influenciado pela liberalidade com que a Rússia deixa entrar no seu território as mercadorias produzidas pelos seus concorrentes, e que eu me limite a saber que o Mundo Ocidental em que temos estado integrados protegeu as grandes indústrias nascentes, sempre que as quis possuir.

Vimos como a Siderurgia Nacional se soube estruturar em condições excepcionais e é sabido que ela tem remunerado melhor os seus trabalhadores do que os seus accionistas, sem esquecer igualmente os ditames, que ela honra, de uma rigorosa administração propiciadora do fornecimento ao mercado de um aço de qualidade imbatível pelos mais baixos preços.

E já agora, a propósito de preços, é oportuno registar o facto do eng. Torres Campos, Secretário de Estado da Indústria e correligionário do sr. Martins Pereira, ter decidido unilateralmente fazer letra morta dos termos do tratado celebrado entre Portugal e a CECA, depois de na sua essência os haver acatado e honrado. E isto com o fim evidente de, pela penúria, submeter mais facilmente a si os destinos da administração da Siderurgia Nacional, obrigada autocraticamente a praticar preços muito inferiores aos que vigoram no espaço concorrente a que se ligara por contrato. Aliás, outro propósito não podia ter em vista, sabido que a incidência do custo do aço no custo médio da habitação não ultrapassa 3 a 4 por cento e também que no

LAMY

faz dese- nho



Lapiseira
2000 D

Marcador
525

LAMY

À venda nos bons estabelecimentos

SP. SUICO-PORTUGUÊS 369-570/A

período decorrido de Setembro de 1973 a Setembro de 1974 o custo da habitação, em Lisboa, não havia subido mais do que 7,7 por cento, em comparação com agravamentos de 44 por cento atingidos noutros sectores, alimentados por matérias-primas a que ele não hesitou em conceder aumentos de cerca de 100 por cento e creio que, nesse caso, com justiça. Ao menos, valha-nos isso.

Daqui se vê a razão que levou o sr. Martins Pereira em antecipação de defesa a vir falar no caso dos cimentos — podia ter referido igualmente outros que lhe andam associados — em que o seu mencionado correligionário, de companhia com o dr. Marcelo Caetano e compadrio, estão envolvidos sem remissão.

Desejaríamos terminar por aqui, mas isso não é possível sem antes nos referirmos à suposta propriedade com que o sr. Martins Pereira se reporta aos meus sentimentos liberais de concorrência no espaço europeu e também ao valor das soluções por si preconizadas para o futuro da indústria, uma vez que ele é certamente um dos mais brilhantes técnicos do grupo de gestores de que dispõe o eng. Torres Campos para vir administrar a Siderurgia Nacional, agora sim, dir-se-ia, em termos científicos rasgados de liberdade económica à escala continental.

Este último senhor, orientador dos demais, que deu provas concludentes do seu valor como administrador, ao longo duma carreira feita ao serviço fiel de algumas das maiores empresas deste país e, finalmente, do próprio sr. Marcelo Caetano, espezinhou o espírito e até a letra do tratado celebrado com a CECA.

Contudo, de mim, homem da iniciativa privada, é que eles dizem que certamente haveria ficado apoplético se há anos, em condições económicas diferentes e não de alta acelerada dos preços, me tivessem acenado com uma associação ao Mercado Comum.

Para melhor os continuar a desmentir, recuemos, então, bem no tempo e vejamos o que em posição coerente com as minhas atitudes ulteriores, eu já dizia publicamente em 1959, na Assembleia Geral dos accionistas da Siderurgia Nacional de 30 de Março daquele ano e que como tal foi passado aos jornais:

“A instituição, na Europa, de um Mercado Comum entre os países que compõem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, tem determinado a manifestação de receios quanto à viabilidade da industrialização dos países europeus em vias de desenvolvimento.

Entre nós, a ideia tem tomado vulto, não nos parecendo, porém, que seja salutar e legítima.

O Mercado Comum, pela forma como está concebido, levará, pelo menos, doze anos até que se estabeleça integralmente e, entretanto, os países que estão fora dele deverão criar às suas economias não só condições de subsistência mas, fundamentalmente, meios de fortalecimento.”

E eis como, profeta ou não, aconteceu que passados precisamente os 12 anos por mim previstos, Portugal afirmava o desejo de vir a concorrer livremente dentro das Comunidades Europeias, no comércio do aço.

E quem é que o impede de fazer, já deixei bem explícito.

Passando à frente, também ficámos todos agora a saber pelo conteúdo do artigo em causa, que para se solucionarem convenientemente os problemas siderúrgicos é indispensável que exista a célebre planificação central. Estamos, assim, perante o GOSPLAN soviético. Daquele mesmo instrumento que talvez Lenine também tivesse vindo a destruir se tivesse vivido por mais algum tempo, mas que, tendo vindo a ser posteriormente reforçado e perpetuado devido à tirânica megalomania do seu sucessor, é responsável pelas carências e atrasos que, relativamente aos povos do Ocidente, sofrem aqueles que habitam para além da cortina de ferro. Inclusivamente na produção de aço, que ocupa como indústria pesada, situação de privilégio, as carências são ali mais persistentes do que no mundo livre.

Porém, quando era finalmente de esperar que de tanta ciência aplicada na administração das empresas e dos préstimos duma planificação central marxista resultasse uma solução espectacular para os problemas postos pela nova fase de expansão da siderurgia qual coisa? O que o porta-voz sr. Martins Pereira oferece aos portugueses é a miragem miraculosa de uma nova mini-siderurgia.

Oh! E pensar a gente que foi para isto que andou tanto tempo o eng. Torres Campos, quando foi Director Geral dos Serviços Industriais da confiança do dr. Marcelo Caetano, a atrasar o processo de expansão da Siderurgia Nacional, que ambos pretendiam ver integrada na verdadeira girândola que montaram em Sines e que com mais essa espécie de foguete especial pretendiam salvar, depois de se terem convencido dos erros cometidos ao aplicarem ali, por forma bem pouco esclarecida, as concepções inerentes ao complexo industrial que agora usa o nome daquela vila e de cuja propriedade se apossaram, nas condições que são geralmente do conhecimento público.

Mas isto só prova as dificuldades e riscos insuspeitados que comporta o mister de aprendiz de feiticeiro. E um deles é o da tentação da repetição: tantas conseqüências me deu salvar a Nação da pequena siderurgia projectada para Moncorvo e, tão pouco tempo passado, já nos ameaçam com outra, a mini-siderurgia do sr. Martins Pereira.

Por este caminho, afigura-se mais fácil irmos parar à construção de “sputniks” para vivermos na Lua, endossando à América o cuidado de nos financiar e vender o trigo contra a cedência das Lages, e à Rússia o de nos fornecer a sardinha não só contra o vinho, a 2\$80 o litro, mas também contra o enfeudamento à ideologia gelada da “stepi”, do que a uma sã e vigorosa administração da função pública e da economia, com que, na independência da sua terra, todos os portugueses encontrem o quinhão de justiça social e de progresso que, sem distinção de casta ou de credo, a cada um deve pertencer.

Segundo a proposta preliminar já recebida pela Siderurgia Nacional, o custo da expansão da sua capacidade produtiva em mais 2 milhões de toneladas ultrapassa os 36 000 000 de contos. É bom que se atente na grandeza da verba exigida por uma única indústria para poder continuar a abastecer regularmente o mercado e, assim, se fazer ideia da magnitude dos problemas que representa a expansão e, conseqüentemente, a reintegração do conjunto das indústrias nacionais, quer sejam pequenas, médias ou grandes.

Com o bom professor, à beira de jubileu, já comecei a ensinar como na siderurgia se poderia resolver o problema da sua expansão, dentro das dificuldades tanto de tesouraria como de crédito que atravessa a Nação e sem ofensa dos bons princípios que a devem nortear. Entre eles, contém-se o da grandeza das concepções e da capacidade produtiva dos equipamentos a par da maior economia de meios resultante de uma engenhosa idealização da indústria. Contudo, pelo que não posso responder é pela qualidade dos alunos que me mandam nem pelo grau de atenção que eles me queiram prestar, para aprenderem o que lhes ensino. As histórias de Sines e de Moncorvo têm a sua moral. Esperemos que a da Siderurgia Nacional se aproveite dela e não venha, ao invés, em seu reforço. Mau prenúncio seria isso para os consumidores de aço, que o passariam a pagar muito mais caro. Mau prenúncio seria isso, igualmente, para o futuro livre e independente dos portugueses.

No próximo número
MARTINS PEREIRA
responde a **CHAMPALMAUD**